

Agricultura agroecológica em Hortas Comunitárias na cidade de Maringá (PR)

Fernando Maria de Meira¹;
Ednaldo Michellon²;
Ligia Mara Jung³;
Amanda Cacere Almagro³,
Fernando Rodrigues Neto³

¹ Engenheira Agrônoma, CERAUP-Centro de Referência em Agricultura Urbana e Periurbana, CEP 87020-900, Maringá, PR, nandagulinho@hotmail.com;

²Professor Doutor, Universidade Estadual de Maringá (UEM), Maringá, PR, emichellon@uem.br;

³Acadêmico do Curso Agronomia. Departamento de Agronomia Universidade Estadual de Maringá – UEM, Maringá, PR

08 - Segurança e soberania alimentar

Objeto de Reflexão: O presente trabalho tem como objeto de reflexão o resgate social, a ampliação e a melhora na oferta de alimentos.

Contribuição ao debate na temática do grupo de trabalho: O objetivo do presente trabalho é contribuir de forma eficaz no debate, expondo o trabalhado desenvolvido com a população de Maringá-Paraná, com o objetivo de produzir para suprir necessidades alimentares e resgatar pessoas socialmente.

O programa Hortas Comunitárias implantado pela prefeitura na cidade de Maringá, no Paraná, faz parte do programa Maringá Saudável, visando mais qualidade de vida à população como alimentação adequada e a prática de atividades físicas.

No ano de 2008, a prefeitura em parceria com o Departamento de Agronomia da UEM -Universidade Estadual de Maringá, encaminhou um projeto ao MDS - Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome, para inclusão no programa de Agricultura Urbana e

Periurbana que visa à produção de alimentos de forma comunitária com a adoção de tecnologias de bases agroecológicas em espaços urbanos e periurbanos ociosos.

A proposta de implantação de um CAAUP - Centro de Apoio à Agricultura Urbana e Periurbana na região foi aprovada, sendo implantado o CERAUP - Centro de Referência em Agricultura Urbana e Periurbana, e conta com o trabalho de três engenheiros agrônomos contratados, um psicólogo, um assistente social e oito estagiários do curso de agronomia; onde os quais oferecem serviços de assistência técnica e formação aos agricultores.

Durante a assistência técnica oferecida pelos profissionais e estagiários, os participantes das hortas comunitárias aprendem a prática e conteúdos teóricos ministrados durante minicursos que são oferecidos visando à capacitação dos produtores. Os temas dos minicursos são variados, sempre objetivando garantir a participação da comunidade, fortalecer a ação coletiva, respeito ao meio ambiente e consumo responsável.

As hortas comunitárias têm como principais objetivos combater a fome de pessoas que estejam em risco social, oferecer oportunidade de agregação de renda às famílias e desenvolver hábitos alimentares saudáveis. O projeto já beneficiou mais de 300 famílias e pretende difundir e ampliar as hortas comunitárias.

Os alimentos cultivados nas hortas vão para as famílias que participam do projeto e o excedente é comercializado com a população. O programa optou por fazer uma agricultura sustentável, sem uso de produtos tóxicos e com a preocupação de preservar o meio ambiente e a saúde dos produtores.

A participação na horta comunitária já trouxe inúmeros benefícios para seus produtores, como redução na ingestão de medicamentos, redução de stress, fonte de renda para complementar o orçamento familiar e resgate social.

Desde a Declaração dos Direitos Universais da Pessoa Humana em 1948, o direito à adequada alimentação tem sido reconhecido como necessário para a garantia de um padrão de vida

satisfatório. Esta afirmação significa que o Estado tem a obrigação de garantir estes direitos a todos os cidadãos, assistir adequadamente os mais vulneráveis e garantir que, a longo prazo, todos possam ser capazes de se alimentar por seus próprios meios (ROBINSON, 1999).

Entre os benefícios das hortas para os produtores, destaca-se melhoria na qualidade de vida. Cleide Alves da Silva, 59 anos, presidente da Horta Conjunto Atlanta/Itatiaia, é aposentada devido a um câncer de mama; e, não se adaptando a terapias que lhe foram propostas, hoje cuida dos seus canteiros e preside a horta.

A dona de casa Cleuza Rodrigues dos Santos, uma das beneficiárias do programa, apresentava um quadro de depressão e ingeria vários medicamentos, com o a participação e envolvimento nos trabalhos da horta, houve melhora significativa na sua saúde e redução na quantidade de medicamento ingerido.

Segurança alimentar e nutricional é a realização do direito de todos ao acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais, tendo como base práticas alimentares promotoras de saúde que respeitem a diversidade cultural e que sejam social, econômica e ambientalmente sustentáveis. Esse é o conceito que foi definido na Segunda Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, realizada em Olinda, Pernambuco, em 2004, e incorporado na Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional – Losan (Lei nº 11.346, de 15 de julho de 2006).

Referências

ROBINSON, M.. The Human Right To Food And Nutrition. United Nations High Commissioner For Human Rights. Scn News N. Jul., 1999.